

ACOLHIMENTO DE URGÊNCIA SUBJETIVA NA ESCOLA E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

2015

Ilse Adisaka

Graduanda em Psicologia no Centro Universitário Jorge Amado, grupo Ilumino (Brasil)

E-mail de contato:

adisaka68@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho, através da pesquisa bibliográfica, visa relacionar a crescente incidência de violência manifestada, inicialmente, pelas crianças e adolescentes nas escolas e, depois, na vida cotidiana, como efeito do sofrimento psíquico causado pelas violências vividas desde a infância, advindas geralmente de seu ambiente doméstico. Utilizando o norteamento teórico da psicanálise lacaniana no dispositivo de acolhimento das urgências subjetivas praticados nas instituições de saúde mental, este estudo propõe a inserção de psicólogos nas escolas públicas, principal instituição social para a formação da cidadania, para que seja ofertado o mesmo serviço de dispositivo de acolhimento psicológico. O serviço visa, através da escuta clínica diferenciada à fala espontânea, possibilitar a criança e ao adolescente em sofrimento psíquico, novas formas de se haver consigo e com o meio, evitando assim, manifestações em atos e comportamentos desagregadores.

Palavras-chave: Violência, escola, escuta clínica, urgência subjetiva.

INTRODUÇÃO

A violência acomete fatalmente cerca de 30 mil jovens brasileiros ao ano (WAISELFISZ, 2014), um fenômeno social que aponta para os lares, ruas e escolas (principalmente da rede pública).



As escolas têm produzidos resultados que colocam o Brasil em destaque nas taxas de evasão escolar (3^a maior em 100 países conforme dados publicados pelo Pnud³), de assédio moral e físico contra professores⁴ dentre outras formas de manifestação de violência.

Considerando a população de aproximadamente 53,8 milhões de estudantes matriculados nos ensinos fundamental e médio da rede pública (INEP)⁵, somados aos professores, funcionários, responsáveis que acompanham os alunos menores no trajeto, podemos ter uma noção da população que vive diariamente sob vulnerabilidade da violência escolar.

A violência marca a história desde os mais remotos relatos bíblicos os quais fundamentam a igreja cristã, passando por guerras e transformações da civilização humana. Freud (1929), ao falar sobre a transitoriedade, afirma que somos feitos de modo a extrair prazer intenso do contraste e não de um estado de coisas que perdure.

O conflito entre a sociedade em suas transformações e crises na história foi descrito como “Mal estar na Civilização” por Freud (1929) em texto de mesmo título onde afirma que a civilização produz um mal estar devido ao desacordo entre pulsão e satisfação, colocando o desejo sexual recalcado às formações substitutivas. Para Freud a civilização é a formação substitutiva ao desejo recalcado, é a saída possível.

Para Lacan (1974), a origem do mal estar está no efeito da linguagem sobre a estrutura onde o significante fundante produz um efeito de furo no simbólico (dito) pelo real (não dito), portanto a causa é a própria linguagem. No enodamento do real, imaginário e simbólico, o sujeito com a linguagem, faz um arranjo singular colocando soluções possíveis para a não relação sexual entre os seres humanos. A linguagem vem colocar essa borda, a que Lacan (1978) se refere, como um véu à falta pelo qual o ser existe.

O sofrimento psíquico das crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social, é silenciada nos espaços institucionais que visam a formação deles. Esses sujeitos, desprovidos de condições para lidarem com sua angústia, acabam devolvendo em atos agressivos à sociedade, aumentando o processo da violência a qual sofrimento psíquico direciona.

A escola, constituída como espaço para a transmissão do saber, se vê sem amparo diante deste cenário violento que não se encerra nas muitas tentativas de combate não só à violência, mas às muitas formas de fracasso escolar.

O que se propõe neste trabalho, é abordar a intervenção clínica lacaniana, através da escuta clínica no dispositivo de acolhimento das urgências subjetivas nas escolas, como possibilidade de transformação do sofrimento psíquico dos alunos. É ofertar um espaço de escuta diferenciada para que o sujeito possa ser acolhido e fazer novos significados da sua angústia possibilitando assim nova forma de ser nas relações com o meio.

O compromisso de enfrentamento da violência entre crianças e adolescentes abre debate entre todos os saberes teóricos colocando em questão o lugar da psicanálise e sua implicação nesta discussão.

1. OS JOVENS E A VIOLÊNCIA NO BRASIL

Nos últimos 20 anos, o Brasil, maior país em população e extensão geográfica do continente Latino Americano, passa a ser mundialmente A violência é também um marco simbólico quando se vive sob a lei da religião judaico-cristã, preponderante meio à laicidade brasileira onde se venera e se espelha na legitimidade do sofrimento em nome de uma causa coletiva. A imagem simbólica de Jesus Cristo, um dos maiores ícones religiosos, açoitado com chicotes com pontas de chumbo, coroado com diadema de espinhos, posto nu em público, amarrado a uma cruz com mãos e pés pregados, que recebeu vinagre quando pedia água, e foi observado por uma multidão enquanto sangrava até morrer. Dias depois, foi elevado ao reino dos céus junto ao Pai Celestial. Essas cenas relatadas na Bíblia permeiam a constituição do imaginário de cada um que se dirige, repete orações e se ajoelha diante dessas imagens totêmicas a fim de alcançar a salvação eterna. Um ato que opera como um discurso.

Esse açoitado icônico em praça pública nos remete a semelhantes imagens que vemos ainda neste milênio, através da divulgação em massa pelas redes sociais, dos atuais linchamentos e jovens nus amarrados a postes, numa suposta ação de “justiça realizada com as próprias mãos” por aqueles que se consideram promotores da justiça social.

Freud considera a agressividade como uma aproximação ao instinto animal quando este luta pela sua sobrevivência, mas sem permanecer nesta semelhança, pois nos humanos se diferencia a intencionalidade por parte do eu, ou seja, pela herança da lei inscrita na ordem social “... que o humano se submete e faz com que ele articule proibição, hostilidade e ética, como no mito Totem e Tabu...” (FERRARI, 2006).

A este encontro da agressividade intencional inscrita na sociedade, a filósofa Hannah Arendt cunhou o termo “banalidade do mal” para se referir ao mal que era praticado no cotidiano, originado da subjetividade humana.

Quando observamos o Brasil em suas formas de violência e agressividade, percebemos algumas mudanças simbólicas no conceito que o tema nos remete: correlação histórica, política e social de acordo com a mudança da ação do homem em seu meio.

O índice de homicídios têm atingido patamares elevados mesmo quando comparados a países em guerra. Um número não epidêmico seriam 10 homicídios para 100mil habitantes. Aqui se registra três vezes mais: 29 homicídios para 100 mil habitantes (WASELFISZ, 2014).

Dados fornecidos pelo Subsistema de Informação sobre Mortalidade-SIM/DATASUS do Ministério da Saúde apontam 56.337 mortos por homicídio em 2012 sendo 30.072 jovens, dos quais 77,0% negros (pretos e pardos) e 93,30% do sexo masculino, baixa escolaridade.

De acordo com o Mapa da Violência 2014 :

Por essa razão, os homicídios de jovens representam uma questão nacional de saúde pública, além de grave violação aos direitos humanos, refletindo-se no sofrimento silencioso e insuperável e milhares de mães, pais, irmãos e comunidades.(WASELFSZ, 2014).

Essa quantidade de mortos em um ano no Brasil é quase a mesma que os Estados Unidos da América contabilizaram de soldados americanos mortos em campo durante os 20 anos na guerra com o Vietnã.

É revelador quando observamos que, deste contingente total, 30 mil eram homens, jovens, negros e pobres.

A categoria populacional compreendida como “jovem” pelas Nações Unidas, são pessoas entre 15 e 24 anos que se encontram no período preparatório para assumir na sociedade, o papel de adulto. Ainda neste grupo, temos contemplados os adolescentes até 17 anos incompletos, ou seja, jovens em idade escolar.

Por esta causa, a presidenta Dilma Roussef discursou durante a III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – III Conapir – em Brasília, 2013:

A violência contra a juventude negra tornou-se um problema de Estado no Brasil. Um dos grandes desafios do governo brasileiro é a criação de políticas de enfrentamento à violência principalmente nas periferias do país, onde residem os jovens em situação de maior vulnerabilidade social.

Ainda que se tenham dados largos passos nas políticas públicas de inclusão social nas áreas de educação e saúde, o Mapa da Violência, do sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, como diz o próprio título, vem retratando como a juventude brasileira ocupa cada vez mais os quadros de violência fatal, mostrando os números, cor e anatomia, nos remetendo de volta ao que Hannah Arendt cunhou de “banalização do mal”.

A violência tem sido esse mal banalizado, que surge na interação do sujeito com a sociedade e, em si mesmo, denuncia uma ruptura do simbólico pelo real abrindo os questionamentos sobre as possibilidades de enfrentamento à violência nos espaços que tem a função de promover a cidadania.

2. A ESCOLA COMO PALCO SOCIAL

Segundo a Organização Mundial de Saúde e conforme consta na Carta de Ottawa(1986), a educação é uma das condições e requisitos para a saúde, assim como a habitação, alimentação, renda e justiça social.

Na árdua jornada para a reconstrução social, há muito se compreende que a educação é a base para o desenvolvimento, desde 1932 quando foi publicado o Manifesto da Educação Nova escrita por Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho:

Mas, a educação que, no final de contas, se resume logicamente numa reforma social, não pode, ao menos em grande proporção, realizar-se senão pela ação extensa e intensiva da escola sobre o indivíduo e deste sobre si mesmo nem produzir-se, do ponto de vista das influências exteriores, senão por uma evolução contínua, favorecida e estimulada por todas as forças organizadas de cultura e de educação. (MANIFESTOS, 2010, p.87)

Desde o já citado Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova, a garantia pela escola tornou-se um compromisso público e muito se fez pela educação das classes populares com a ampliação da rede pública de ensino e políticas públicas de inserção escolar para todas as idades.

A escola é o espaço da representação da diversidade social, onde os vínculos da comunidade se formam. São, na escola que emergem as questões de saúde, segurança, cultura, valores éticos e morais além da educação em si. É também o lugar que passarão durante toda a infância e adolescência até adquirirem toda a base para a formação acadêmica necessária para a inserção no mercado profissionalizado.

As edificações escolares municipais e estaduais também têm seu simbolismo em cada comunidade porque são representações estruturais das políticas públicas. Em alguns casos, são motivos de negociação entre gangues e autoridades, como uma espécie de campo neutro entre as partes.

Segundo Abramovay, Avancini e Oliveira, a violência escolar é mais antiga do que se pensa, e é tema de estudo nos Estados Unidos desde a década de 1950. No Brasil, atraiu maior visibilidade a partir dos anos 90 através da divulgação do termo em inglês *bullying* que se refere a intimidação psicológica e física e abuso de poder de um aluno ou mais, contra outro representado num conjunto de atitudes agressivas repetidas e intencionais que ocorrem no ambiente escolar (CONSTANTINI, 2004). Essas atitudes de intimidação causam dor e angústia possibilitando sérias consequências no desenvolvimento psicossocial dos envolvidos. Muitas dessas intimidações surgem a partir de

brincadeiras e gozações para ridicularizar aquele que é considerado mais fraco, caracterizando uma situação de poder desigual para a vítima, que geralmente não conseguem se defender e que sofre as consequências do sofrimento psíquico.

De acordo com Lopes Neto(2005) o *bullying* pode ser classificado como direto e indireto. Apelidos, ameaças, agressões, expressões ofensivas verbais ou gestuais, furtos classificam o *bullying* direto. A indiferença, isolamento, difamação, negação dos desejos são as formas de *bullying* indireto.

Atualmente, com o uso sistemático das redes sociais para comunicação e informação, desponta uma nova forma de *bullying*, além do direto e indireto, refere-se ao *cyberbullying*. Esta nova forma consiste no envio e divulgação de imagens, informações, mensagens depreciativas e ameaçadoras às redes sociais. Foi constatado pela pesquisa de Privitera e Capbell (2009) que esse tipo de intimidação e ameaça é mais utilizada entre homens.

Diferentes elementos podem ser apontados como possíveis causas do *bullying*. De acordo com pesquisa realizada em 2009 com 53.316 estudantes colombianos do 5º ao 9º ano, Chaux, Molano e Podlesk (2009) buscaram entender quais as correlações sociais, culturais e políticas envolviam o *bullying*. Foi constatado que entre os meninos de comportamentos mais agressivos típicos do *bullying* tinham a descrição de famílias mais violentas e autoritárias, que residem em comunidades com alto nível de violência e de condições econômicas mais precárias.

Além do *bullying*, ações como depredação, comercialização e consumo de drogas, abusos de álcool, ocorrências de atos sexuais, invasões, brigas, furtos, homicídios e suicídios, dentro e fora da escola tem sido praticados e proliferados por crianças e adolescentes. Porém, este estudo não visa aprofundar na questão do *bullying* que aqui foi citado apenas para elucidar a popularização que a violência escolar alcançou, fazendo com que qualquer pessoa distante dos ditames psicológicos ou com domínio da língua inglesa, compreenda o significado do termo.

No Brasil houve uma mudança conceitual e simbólica no que se caracterizava como “brincadeiras de criança” e que passou a ser considerada como algum tipo de violência, como prova da transitoriedade cultural.

A provocação verbal do Cascão e Cebolinha contra Mônica, quando a chamavam de gordinha, baixinha e dentuça e a ação de agressão física, como imediata resposta da Mônica à provocação quando batia nos meninos com seu coelhinho até ficarem de olho roxo, somado a outros tantos insultos que faziam entre si afirmando as diferenças, eram vistos até pouco tempo atrás como uma divertida brincadeira na turma das crianças mais famosas do Brasil. Nessas historinhas, as crianças eram retratadas num universo próprio com nenhuma intervenção de adultos e eles mesmos mantinham suas leis de liderança, força e justiça.

Enredo básico para vender não só revistas, brinquedos, diversão, mas também toda linha de material escolar que acompanhava diariamente as crianças em suas escolas.

Hoje, essas brincadeiras são compreendidas como insultos, provocações e são enquadrados como assédio moral no ambiente escolar, refletindo até no tratamento dos alunos com os professores. Estes profissionais, embora estejam dentro do ambiente escolar numa posição de poder e autoridade em relação ao aluno, sentem-se vítimas das agressões físicas, insultos, ameaças e intimidações originadas pelo aluno.

De acordo com enquete realizada em 2014 com 34 países pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o Brasil ocupa o topo do ranking global em violência nas escolas: 12,5% dos professores e diretores do segundo ciclo do ensino fundamental e médio revelam sofrer agressões verbais e ameaças dos alunos pelo menos uma vez por semana, ocupando o índice mundial mais alto (A média geral entre os países é de 3,4%).

Apesar de ocuparem o lugar de vítimas diante das ameaças no convívio diário da rotina escolar, são também testemunhas do comportamento dos alunos. Na visão dos professores, o comportamento violento apresentado por crianças e adolescentes está diretamente relacionado com a dificuldade que eles tem em lidar em fatores como agressividade, frustração, baixa auto-estima, e outros (ANSER et al, 2003).

O ambiente familiar é apontado pelos professores como sendo “perturbador” ou “difícil” e, provavelmente, estas crianças reproduzam o comportamento doméstico violento dos quais tenham sido submetidas (BLAYA, 2002).

Desta forma, é comum a queixa entre professores acerca da dificuldade que encontram para poderem exercer sua função de ensinar.

Em estudo realizado pelo Ibope Inteligência – A visão dos professores sobre a educação no Brasil, e divulgado em março deste ano, 21% dos professores da rede pública de ensino do País, mencionaram que a falta de acompanhamento psicológico para os alunos é o fator que mais impacta em sua rotina de trabalho e, precisa ser resolvido de forma urgente. Em seguida, a indisciplina citada por 14 % dos entrevistados é apontada como problema que precisa ser resolvido de forma mais urgente.

Portanto, a várias formas de violência, discórdia e agressividade têm perpassado por todos os espaços públicos incluindo as instituições de ensino.

A proteção à criança e ao adolescente é direito constitucional e promover o pleno desenvolvimento dos alunos é um compromisso contemplado nos Princípios e Fins da Educação Nacional, no Art.2º “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Mais uma vez, Hannah Arendt pode ser evocada neste tema. Para a filósofa, educar é acolher as crianças em um mundo que existe antes de seu nascimento e a educação deve contribuir para que desenvolvam sua singularidade (ARENDRT apud SANTOS, 2013).

3. O ALUNO E SUA HISTÓRIA ÚNICA DE VIDA

Cada aluno que chega à escola, trajando um uniforme que lhe confere uma igualdade e, pontuando ao mesmo tempo, a diferença de outras camadas sociais (rede de ensino público/particular), traz consigo um universo singular, real e atemporal.

Em sua história, pode trazer as marcas de abusos físicos, psicológicos, sexuais, de drogas, extorsão, etc., abandonos, dificuldades de moradia, saúde, transporte e aprendizado.

Pode carecer de referências de sucesso profissional, pessoal, moral, de laços familiares, e, como é criança, ainda não teve tempo de elaborar essa vivência em outros espaços.

A situação de vulnerabilidade simbólica (MOREIRA & SOUZA, 2012) se revela na falta de perspectivas dos jovens de 15 a 24 anos em querer ocupar um lugar na sociedade ativa. A onda da geração nem-nem (nem trabalho e nem estudo, ou, na sigla internacional, os NEET - neither in employment, nor in education or training) cresce pelo mundo e vem afirmar essa falta de perspectiva. Imerso em seus próprios conflitos, pode apresentar dificuldade de socialização e aprendizagem aumentando assim as estatísticas de fracasso e evasão escolares já citadas neste estudo.

Não faltam relatos de professora sobre alunos que chegavam à escola, sujos, sem banho, sem noções de higiene pessoal, causando constrangimento aos outros pelo mau cheiro que exalavam, evidenciando que viviam em estado de negligência. Outros casos de meninas que, aos 12 anos, eram forçadas pelo pai a prestar serviços sexuais a outros como pagamento de contas e um menino que não dormia para se defender do assédio sexual cometida pelo tio e chegava à escola desfalecendo de cansaço.

Os abusos sexuais ocupam lugar de destaque nas evidências físicas de maus tratos entre as crianças que chegam aos ambulatórios de atendimento emergencial e são conhecidos pelas professoras que encontram limitações para lidar com essa realidade dado a necessidade de envolvimento de outras instâncias como as de proteção aos menores.

O abuso sexual de crianças, é definido pela OMS como “o envolvimento de criança em atividade sexual em que esta, não compreenda totalmente, não tenha capacidade para dar seu consentimento informado, não esteja preparada em relação ao seu desenvolvimento ou não possa consentir, violando leis e tabus sociais” (GUIMARAES & VILLELA, 2011).

Não é possível estimar a percentagem de casos de abuso sexual entre crianças e adolescentes, mas estima-se que apenas 10% dos casos cheguem à formalização nos boletins de ocorrência (RIBEIRO; FERRIANI; REIS, 2004).

As crianças que sofrem esse tipo de abuso, geralmente não têm com quem se dirigir para o pedido de proteção, pois quase sempre o abuso ocorre na residência e é praticada por um de seus genitores ou por aqueles que deveriam protegê-la, por isso, além dos casos extremos que necessitam de cuidados médicos, geralmente é na escola que este sofrimento é notado.

Algumas professoras encaminham para a psicoterapia crianças que apresentam comportamentos antissociais e de dificuldade de aprendizagem para o atendimento psicológico porque entendem que é a única forma que encontram para ajudar essa criança.

Diante destas e outras formas de desconstrução vividas, essas crianças tendem a produzir sinais em seu corpo e reproduzir atuação em comportamentos agressivos, violentos e depressivos. O *acting out* termo em inglês originalmente denominado em alemão por Freud de *agieren*, determina a passagem ao ato do sujeito, de modo inconsciente evitando a verbalização da lembrança recalcada (ROUDINESCO & PLON, 1997).

Portanto, quando questionamos acerca de “onde começa a violência?” que é reproduzida dentro e fora das escolas por crianças e adolescentes, encontramos sinais evidentes que apontam para a vida doméstica deste ator.

O sistema de “Vigilância de violências e acidentes em serviços sentinelas de urgência e emergência: inquéritos” (VIVA, 2006 e 2007) coloca a residência como o local de maior incidência de violência contra crianças, trazendo à cena o espaço privado.

Tais formas de violências reveladas no corpo e comportamento das crianças e adolescentes, vão sendo assinalados por onde passam, seja nos espaço público como a escola (com depredações, brigas e assédios), seja nos locais de atenção social e saúde (com os seus pequenos corpos feridos), ou nos Juizados de Menores quando são levadas por denúncia e medidas cautelares de proteção.

O Ministério da Saúde publicou em 2002 o “Manual Violência intrafamiliar: Orientações para a prática em serviço”, mostrando como grande parcela da população é atingida pela violência intrafamiliar e o enfrentamento requer não só o envolvimento de profissionais de diferentes campos de atuação, como uma efetiva mobilização dos setores do governo e da sociedade civil.

4. URGENCIA SUBJETIVA

Pode ser entendida como um dispositivo de acolhimento a pessoas em estado de urgência psíquica sob a forma de crises de ansiedade, perda de controle, sensação de desamparo e confusão mental (RODRIGUES et al, 2012), que são levados a instituições a partir de demandas variadas (familiares, vizinhos, bombeiros, policiais, guardas municipais, SAMU etc.), com pedido de acolhimento emergencial do sofrimento psíquico (CALAZANS & BASTOS, 2008).

Para Belaga (2007) a urgência subjetiva é a demanda de todo paciente em situação de crise. Sotelo (2007) diz que a urgência é da ordem do que não pode esperar, o emergente, o disruptivo. Para Tizio (2009), é no momento em que aquilo que se apresenta como desmedido tenha a possibilidade de ser transformado em sintoma, pela intervenção do analista.

Na urgência subjetiva trata-se do sujeito que se encontra em estado de intenso embaraço, onde o simbólico sofre uma irrupção do real, ou seja, há a subtração das palavras pelos atos, há a quebra do diálogo, é a passagem ao ato (CALAZANS & BASTOS, 2008).

Conforme sugere Lacan (1956), é a queda do sujeito para fora da cena, interrompendo seu discurso. Trata-se de uma precipitação do sujeito em torno de algo inadiável cuja resposta não tem a dar. Como afirma Maron (2005, p.18) “a urgência poderia ser entendida como uma anulação do tempo de elaborar”.

Na explosão dos atos revela-se aquilo que é insuportável e sem mediação ao sujeito pondo em risco sua própria existência e a de outros, levando-o às situações violentas como suicídio, homicídio, brigas, automutilação, anorexia, compulsões, depredações, etc., numa desarticulação deste sujeito face ao coletivo, denominado por Lacan (1999a) como “Outro”.

De acordo com Calazans a proposta psicanalítica de trabalho dentro do dispositivo de urgência subjetiva não pretende dar conta de uma urgência social, econômica, ou estritamente médica e sim permitir ao sujeito captar a causa da ruptura que provocou a crise.

Opera como um dispositivo numa perspectiva discursiva:

A questão em jogo é abrir um espaço de criação para o sujeito, onde ele será convidado a inventar um modo de se haver com o insuportável, uma invenção singular que possa dar contorno ao real avassalador que se apresenta no momento da sua entrada em emergência. (CALAZANS,2008)

Vem à cena, a ética do analista qual é outorgado pelo sujeito em estado de urgência, a ser convocado, a partir de seu padecimento, a busca por evidências do sujeito excluído da consciência para Freud ou o sujeito caído para Lacan, num convite à narrativa a partir da retomada da palavra.

No estudo da aplicabilidade deste dispositivo clínico, Rodrigues et.al (2012) pontuam:

Esta intervenção não visa restaurar um estado anterior de equilíbrio, mas atribuir novas significações à experiência que provocou a ruptura do tecido simbólico. Desse modo, inicia-se, por parte do sujeito, a retomada da palavra enquanto organizadora de sua realidade psíquica através da fala endereçada ao analista e da escuta que o último lhe disponibiliza. (RODRIGUES et al, 2012, p.75)

A abordagem psicanalítica lacaniana procura reintroduzir a dimensão do tempo e a consideração da causa, visando à transformação da urgência mediante sua inscrição na cadeia significante (BARRETO, 2004, p. 48).

Crianças e adolescentes ocupam lugar de maior vulnerabilidade neste ambiente social, pois se encontram fora do modelo contemporâneo sustentado nas bases do capitalismo. Eles sofrem atos causados por seus responsáveis (supostos cuidadores) e acabam não dando conta de elaborarem sozinhos esse stress, vindo a tornarem-se reprodutores desses atos violentos, num efeito em cadeia.

Como lembra Eric Laurent: “em cada remodelação social importante, as crianças, que são as mais indefesas, foram as vítimas designadas” (2006, .23).

5. INTERVENÇÃO CLÍNICA PSICANALÍTICA LACANIANA

Na clínica do gozo, a segunda clínica de Lacan, é a clínica do *sinthoma*, com “h” para se diferenciar do sintoma. O Sintoma vem como metáfora e o *sinthoma* como modalidade de gozo que nos leva a uma interpretação como a leitura de uma escritura onde não se busca o significado, mas uma tentativa de localizar o gozo que desliza sob a cadeia significante do sujeito barrado. O sujeito que se apresenta em um estado de sofrimento psíquico, fica no gozo apenas e a intervenção se oferta a auxiliá-lo para que mude de posição.

O sofrer demais é a única justificativa para a intervenção da psicanálise. Lacan (1998, 1964), no Seminário 11 diz: “Até certo ponto esse sofrer demais é a única justificativa de nossa intervenção”.

A falta de autoridade, a ausência de referências manifestam as diversas formas de desregulação do gozo. Ora se o gozo é o que produz sofrimento, na clínica psicanalítica de intervenção lacaniana, trata-se diretamente do gozo escondido ou revelado pelo sintoma. Todo sofrimento consiste em como o sujeito lida com seu objeto de gozo e não com as pessoas ou situações as quais desencadeiam ou persistem pela repetição do gozo.

O sofrimento psíquico vem nesse mais gozar, no excesso. Por isso, se o real do gozo é o que orienta o analista em sua intervenção, e o simbólico é o que permite a um sujeito encontrar um modo mais suportável de manejar o gozo.

Para que o sujeito possa tratar diretamente do gozo escondido ou revelado pelo sintoma, é necessário que o analista lhe ofereça possibilidades de uma relação transferencial ocupando o papel do Outro social e o sujeito seja introduzido na dimensão discursiva. A transferência pode ser compreendida como confiança, admiração pelo lugar de suposto saber do analista que são aspectos que remetem a uma estrutura simbólica.

O conceito de sujeito suposto saber, vem como uma proposta de estruturação lógica do fenômeno da transferência analítica em todas as suas manifestações (repetição, sugestão, resistência).

Miller (2006), diz que a experiência psicanalítica é um forçamento do autismo entre dois, graças à linguagem. Um forçamento do Um do gozo graças ao Outro da linguagem, ferramentas com as quais o inconsciente transferencial permite contornar, afetar, o inconsciente real.

A clínica visa apontar para um trabalho de convocação do sujeito, de uma posição subjetiva, para a demanda da construção de um sintoma que “entre na conversa” (CERVELATTI, 2005), para poder dar um contorno, uma borda às angústias, através das palavras.

Ao posicionar a fala no centro de sua prática, oferecendo a escuta, abre-se ao analista, a possibilidade de expandir o seu campo de ação para além do modelo de atendimento convencional (RODRIGUES et al 2012).

Pela mediação do analista, faz-se a instauração de uma demanda de reconhecimento endereçada ao Outro, e a criança ou o adolescente podem assim, estabelecer uma transferência com o psicólogo, necessária para o resgate de sua articulação que estava em suspensão com o Outro.

Esta clínica não visa atacar o sintoma, mas abordá-lo como uma manifestação subjetiva, apenas acolhê-lo para que possa ser desdobrado e decifrado, fazendo emergir o sujeito (QUINET, 2000) numa atitude diferenciada diante ao que é apresentado pelo paciente.

Aqui não se pretende atacar ou apagar o sujeito, mas fazê-lo emergir através do uso da palavra no campo discursivo.

6. ACOLHIMENTO E ESCUTA CLÍNICA NA REDE PÚBLICA DE ENSINO

A escola hoje é quem mais encaminha crianças e adolescentes a buscarem o atendimento psicológico. Algumas vezes por considerarem a criança portadora de dislexia, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), autismo, depressão e outros. Outras vezes, simplesmente pelo

fato de que, entre os pais e a escola sempre há um campo nebuloso de intersecção público-privado onde o filho(a)/aluno(a) se revela diferentemente tanto no desempenho acadêmico quanto pessoal.

Como já foram aqui citadas, em pesquisas realizadas com os professores, as queixas mais frequentes referem-se aos comportamentos violentos, muito embora grande parte das ocorrências nem chegue a ocupar os índices oficiais.

Na bibliografia disponível nos sites de pesquisas científicas ou de poderes públicos, é possível encontrar a infinidade de iniciativas públicas de enfrentamento contra a violência escolar.

Vale observar que todas as iniciativas têm em comum, evocar uma intervenção coletiva em que vários atores são envolvidos a começar pelos professores e, não raramente, o objetivo é sempre de caráter educativo, pela via da aprendizagem.

De acordo com o dispositivo de urgência subjetiva, o trabalho de acolhimento ao sujeito que se encontra em situação de crise, suspenso da relação simbólica com o Outro e com o tempo, é preciso encurtar o caminho (e aqui vem a questão do tempo cronológico) para que haja o acolhimento do sujeito que se encontra em sofrimento psíquico.

As ocorrências nas instituições escolares hoje pedem para que se olhe para o aluno, não apenas como parte de um grupo homogêneo como se pretende na coletividade que lhe é imposta, mas como um indivíduo único em suas singularidades. Há de se voltar para a criança, como sujeito único, como única testemunha em sua história, única representante capaz de falar de si.

Há de se abrir um espaço de acolhimento real no campo social como a escola, onde esse sujeito possa ter voz e falar por si, de si mesmo. Um espaço onde possa falar de seus sofrimentos, medos, angústias e desvelar seus bloqueios com o meio e resignificando sua relação consigo e com os outros.

A criança que tiver acesso para falar de si, menos avassalador será sua entrada para a adolescência, fase impreterivelmente marcada por transformações hormonais, emocionais e intelectuais.

O jovem que passa pela invisibilidade de seu sofrimento, marcado por uma infância muda, e se encontra diante das inquietações de se tornar adulto, pode ser atravessado pela angústia oferecer risco à toda a sociedade, como foi o caso de Wellington Menezes de Oliveira, que aos 23 anos, invadiu a escola pública em horário de aula, no Rio de Janeiro, cometendo o que foi denominado de massacre em Realengo, ocorrido em 2011.

Este caso nos leva a pensar sobre o quê Wellington tinha a dizer e não lhe foi extraído por palavras, mas posto por atos. Atos que ceifaram a vida de 12 crianças, além de sua própria vida.

As atitudes e comportamento violentos são compreendidos pela teoria psicanalítica, como a passagem ao ato, a irrupção do simbólico, uma urgência subjetiva conforme já abordado aqui.

Portanto, este trabalho propõe o investimento dos poderes públicos da área de educação, pausar diante destas questões e oferecer às crianças e adolescentes mecanismos verdadeiros de mudança através do acolhimento psicológico das urgências subjetivas nas escolas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa bibliográfica mostrou que quase sempre a violência vivida pelas crianças, nasce em casa e é causada por aqueles que deveriam estar cuidando e protegendo-as criando uma inversão e confusão nas figuras de autoridade e afeto. A criança quando agredida não consegue encontrar parâmetros de confiança, amor e cuidado ficando imersa em sofrimento que só se faz visível quando explodem em manifestações desagregadoras. Essas manifestações se fazem notar no desinteresse pelo estudo, pela vida ou pelas formas agressivas nas relações com os outros e com os bens patrimoniais.

O principal ambiente social que as crianças e adolescentes frequentam diariamente é a escola, e é neste espaço que mais se fazem notar os conflitos que trazem consigo, onde as vítimas acabam por tornarem-se agressores.

A psicanálise lacaniana conceitua que a angústia se dá quando o sujeito não encontra respostas às suas questões, suspendendo-o do tempo de esperar, pois transforma o sofrimento numa urgência a qual não se pode esperar. Quando não surgem palavras para nomear e responder ao sofrimento, irrompem-se as explosões de angústia através dos atos.

Um psicólogo acolher no ambiente institucional, esse sujeito que sofre, através de uma escuta clínica é dar uma atenção diferenciada, é lançar um novo olhar à criança e ao jovem brasileiro. Desta forma, poderiam conhecer a confiança (do sigilo) e o amparo para falarem de si, compartilhando com o psicólogo seu sofrimento sem receberem julgamentos ou punições. Poderiam aliviar o fardo de carregarem sozinhos a angústia muda.

A psicanálise clínica só se dá onde houver um analista à escuta do sujeito, que é convocado ao campo discursivo. O sujeito em sofrimento psíquico, em pura explosão de gozo precisa de um amparo que resgate sua dimensão simbólica, das palavras, no meio em que se encontra, no momento em que é acometido pelo real.

Lacan quando nos lança o desafio “Ponham algo de si na psicanálise, não se identifiquem comigo. Tenham seu estilo próprio, pois eu tenho o meu”, traz o estilo do Outro a quem me endereço e me encontro, o Outro social e, se refere também ao Outro do Inconsciente. Colocar algo de si é haver-se com seu sujeito, seu Outro social.

Este trabalho percorreu esse norteamento: o que posiciona eu e o Outro no contexto social. Quais os caminhos possíveis para abordar o Outro social, o Outro do inconsciente havendo-se primeiramente com suas próprias questões.

Nessa lógica, o dispositivo de acolhimento das urgências subjetivas na escola não impõe às crianças e aos jovens uma cartilha de referencial único para transformação, mas oferece uma possibilidade de descortinar aquilo que os leva a sofrer, através de um olhar e ouvidos atentos fazendo-os se haverem com suas verdades e possibilitando-os resignificar sua forma de ser e estar no mundo e nas relações com o meio.



8. REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento. In: **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. Cortez, 1993. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_01.pdf> . Acesso em 20 março 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço** / Secretaria de Políticas de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 96 p.: il. – (Série Cadernos de Atenção Básica; n. 8) – (Série A. Normas e Manuais Técnicos; n. 131) ISBN 85-334-0436-0. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf> Acesso em: 19 maio 2015.

CALAZANS, Roberto; BASTOS, Angélica. Urgência subjetiva e clínica psicanalítica. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.**, São Paulo , v. 11, n. 4, p. 640-652, Dec. 2008 available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142008000400010&lng=en&nrm=iso>. access on 20 March 2015.

COSTANTINI, Alessandro. **Bullying, Como combatê-lo: prevenir e enfrentar a violência entre jovens**. Trad. Eugênio Vinci de Moraes. São Paulo: Itália Nova Editora, 2004.

DE SOUZA, Maria Abigail; DE CASTRO, Rebeca Eugênia Fernandes. Agressividade infantil no ambiente escolar: concepções e atitudes do professor. **Psicologia em Estudo**, v. 13, n. 4, p. 837-845, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n4/v13n4a22.pdf>> Acesso em 18 maio 2015.

DEBARBIEUX, Eric; BLAYA, Catherine. **Violência nas Escolas e Políticas Públicas**. Brasília: UNESCO, 2002 268p. Disponível em: <<http://library.umac.mo/ebooks/b2291996x.pdf>>. Acesso em: 30 março 2015.

FERNANDES, Denise Armani Nery **UM OLHAR À LUZ DA PSICANÁLISE SOBRE O PROJETO “ESCOLA SEM VIOLÊNCIA** Disponível em http://www.uniritter.edu.br/eventos/sepesq/vi_sepesq/arquivosPDF/28014/2449/com_identificacao/trabalho.pdf

FERRARI, Ilka Franco. **Agressividade e violência. Psicol. clin.**, Rio de Janeiro , v. 18, n.2, p. 49-62, 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652006000200005&lng=en&nrm=iso>. access on 02 May 2015.

GARZON, Francisco Gomes de Almeida & BERLINCK, Manoel Tosta, **Acting out e passagem ao ato: um ato no corpo**. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/v_congresso/mr_69_-_francisco_gomes_garzon.pdf> Acesso em 12 maio 2015.

GUIMARÃES, J. A. T. L.; VILLELA, W. V. **Características da violência física e sexual contra crianças e adolescentes atendidos no IML de Maceió**, Alagoas, Brasil. Cad Saúde Pública, v. 27, p. 1647-53, 2011. Disponível em: <http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/v_congresso/mr_69_-_francisco_gomes_garzon.pdf> Acesso em: 13 março 2015.

INEP- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/rss_censo-escolar/-/asset_publisher/oV0H/content/id/14670> Acesso em 23 março 2015.

LACAN, J. (1998[1964]). **O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 158.

_____ (1999a), **O seminário, livro 5: As formações do inconsciente (1957-1958)**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

_____ Le seminaire – livre 22 – RSI (1974-1975). Seminaire non Publié, version de l'Association Freudienne Internationale (AFI).

LIMA, Celso Renó. **Clínica Lacaniana**. Disponível em <<http://clinicalacanianana.blogspot.com.br/2013/04/primeira-clinica-x-segunda-clinica.html>> Acesso em 18 março 2015.

LOPES NETO, A.A. *Bullying* – comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**, v.81, n5, p.164-172, 2005.

MARON, G. Urgência sem emergência? In: **Urgência sem emergência ? Instituto de Clínica Psicanalítica do Rio de Janeiro (ICP-RJ)**. Rio de Janeiro: Subversos, 2005, p. 10-21.

MILLER, J.-A. (2001-2002). **Curso de orientação lacaniana III**, 4: El Lugar y el Lazo”. Inédito. <http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_7/A_clinica_e_o_laco.pdf>

MOREIRA, Maria Ignez Costa; SOUSA, Sônia Margarida Gomes. **Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública. O social em questão** – Ano XV – nº28 – 2012. Disponível em: <<http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/2artigo.pdf>> Acesso em 16 maio 2015.

PRIVITERA, C.; CAMPBELL, M.A. Cyberbullying: the new face of workplace bullying? **Cyberpsychol Beh.**, v.12, n.4, p. 395-400,2009.

QUINET, Antônio. **As 4+1 condições da análise**/12 ed.Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009. Disponível em: <<http://www.escoladepsicanalisekoinonia.com/armazenamento/biblioteca/Antonio%20Quinet%20-%20As%204+1%20condi%20E7%20F5es%20da%20an%20E1lise.pdf>> Acesso em 18 maio 2015.

RIBEIRO, M. A.; FERRIANI, M. G. C.; REIS, J. N.. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas vitimização nas relações familiares**. Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 2004.

RODRIGUES, Janderson Andrade; DASSOLER, Volnei Antônio; CHERER, Evandro de Quadros. **A aplicabilidade do dispositivo clínico-institucional urgência subjetiva no tratamento da toxicomania**. **Mental**, Barbacena , v. 10, n. 18, jun. 2012 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272012000100005&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 31 maio 2015.

ROUDINESCO, Elisabeth, 1944 — R765d **Dicionário de psicanálise**/Elisabeth Roudinesco, Michel Plon; tradução Vera Ribeiro, Lucy Magalhães; supervisão da edição brasileira Marco Antonio Coutinho Jorge. — Rio de Janeiro: Zahar, 1998. Disponível em: <<http://copyfight.me/Acervo/livros/ROUDINESCO,%20Elisabeth%3B%20PLON,%20Michel.%20Diciona%CC%81rio%20de%20Psicana%CC%81lise.pdf>> Acesso em 19 maio2015.

SANTOS, Silas Daniel dos. **O Fenômeno da violência escolar na visão de Hannah Arendt**, Campo Grande, 2013 Disponível em: <<http://www.sociodialeto.com.br/edicoes/14/01042013034116.pdf>> Acesso em 10 maio 2015.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2014, Os Jovens do Brasil**, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf> Acesso em: 18 março 2015.

